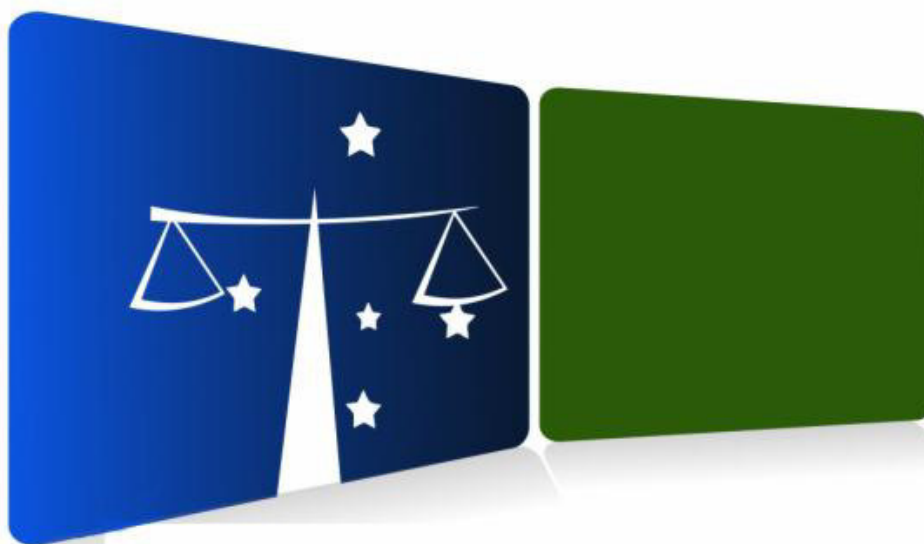


# PROCESSO SELETIVO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Leia com atenção as instruções abaixo

- Ao receber as folhas de resposta e redação, confira inicialmente se ela está identificada, bem como se na etiqueta consta seus dados. Em seguida, verifique se ele contém vinte questões, corretamente ordenadas de 1 a 20. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mas próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido.

- Você encontrará dois tipos de questões: objetivas de múltipla escolha e discursiva. Nas questões do tipo múltipla escolha, marque, em cada uma, a única opção correta de acordo com o respectivo comando. Na questão do tipo discursiva, utilize, caso necessário o espaço de rascunho deste caderno de questões e transcreva à folha de redação a versão final, sem rasuras e de maneira legível.

- Não utilize borracha, lápis, lapiseira (grafite) e/ou qualquer material de consulta.

- Durante a prova, não se comunique com os outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.

- A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação que deve ser feita no decorrer da aplicação e ao preenchimento da folha de respostas e de redação.

- Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, trinta minutos após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente após transcorridas duas horas desde o início da prova.

- Ao terminar a prova chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de resposta e redação e deixe o local de prova.

- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de questões ou na folha de respostas poderá implicar a anulação de sua prova.

**BOA PROVA!**

# J U I Z

# L E I G O

**QUESTÃO 01**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- a) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a solução pacífica dos conflitos.
- c) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e a solução pacífica dos conflitos.
- d) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

**QUESTÃO 02**

Segundo a literalidade do caput do art. 37 da Constituição de 1988, a Administração pública obedecerá, entre outros, ao princípio da:

- a) proporcionalidade.
- b) razoabilidade.
- c) igualdade.
- d) moralidade.

**QUESTÃO 03**

Segundo a legislação civil vigente,

- a) A proteção dos direitos da personalidade é de aplicação irrestrita para as pessoas jurídicas.
- b) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
- c) Para caracterização de dano moral à pessoa jurídica é imprescindível que também ocorra dano patrimonial.
- d) Às pessoas jurídicas não se concede indenização por dano moral.

**QUESTÃO 04**

A respeito da prescrição e da decadência considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição e a decadência fixadas em lei são irrenunciáveis.
- b) A decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem aproveita somente dentro do prazo da contestação, mas a decadência legal pode ser alegada a qualquer tempo no processo e o juiz dela deverá conhecer de ofício.
- c) O juiz pode, de ofício, reconhecer a prescrição, ainda que a pretensão se refira a direitos patrimoniais, e também pode, de ofício, suprir a alegação, pela parte, de decadência convencional.
- d) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

**QUESTÃO 05**

Assinale a alternativa correta no que tange às provas e seus meios de produção, de acordo com a legislação civil aplicável.

- a) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário poderá aproveitar-se de sua recusa.



- b) As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.
- c) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é inadmissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
- d) Os documentos redigidos em língua estrangeira não precisam ser traduzidos para o português para ter efeitos legais no País.

**QUESTÃO 06**

Sobre a sentença, é correto afirmar que:

- a) A citra petita pode ser corrigida por meio de embargos de declaração.
- b) Nela é defeso ao juiz, em razão do princípio dispositivo, conhecer de matéria de ordem pública.
- c) É extra petita a que dá aos fatos qualificação jurídica diversa da narrada pelo autor na petição inicial.
- d) É ultra petita a que condena o devedor a pagar correção monetária quando não tiver havido pedido expresso nesse sentido.

**QUESTÃO 07**

Com relação aos poderes, deveres e responsabilidades das partes, dos procuradores e dos juízes, assinale a afirmativa correta:

- a) O Juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer, em qualquer hipótese, questões conhecíveis de ofício.
- b) Os motivos de impedimento e suspeição são aplicáveis aos juízes, não cabendo o mesmo contra os serventuários de justiça ou órgão do Ministério Público, quando não for parte.
- c) O Juiz deve declarar-se suspeito de parcialidade, mas deverá demonstrar

claramente sua motivação, não se admitindo mera arguição de motivo íntimo.

- d) O Juiz, caso as partes e seus advogados empreguem expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, poderá mandar riscá-las, podendo assim agir, inclusive, de ofício.

**QUESTÃO 08**

João e Pedro celebraram contrato por meio do qual João se comprometeu a pagar a Pedro, pelo prazo de dois anos, a quantia mensal de R\$ 2.000,00. Passado algum tempo, João parou de pagar, passando a ser devedor de três prestações. Ainda faltando mais de um ano para a conclusão do contrato, Pedro ajuizou ação cobrando as prestações em atraso. No pedido, Pedro não fez referência às prestações vencidas, tampouco aos juros legais. No curso do processo, João não pagou as prestações. Convencido de que a pretensão procede, o Juiz deverá condenar João a pagar a Pedro:

- a) Apenas as prestações vencidas, com acréscimo dos juros legais.
- b) As prestações vencidas e vincendas, acrescidas dos juros legais.
- c) Apenas as prestações vencidas, sem acréscimo dos juros legais, salvo se, até a citação, Pedro aditar o pedido para nele incluir as prestações vencidas e os juros legais.
- d) As prestações vencidas e vincendas, sem acréscimo dos juros legais.

**QUESTÃO 09**

Ricardo ajuizou ação de execução por título extrajudicial em face de Fábio, objetivando o pagamento de cheque que fora devolvido por insuficiência de fundos, no valor de R\$1.000,00. Após Fábio ser regularmente citado, Ricardo requereu ao juiz a desistência do processo. Dessa forma, assinale a afirmativa correta.

- a) O juiz deverá homologar a desistência, independentemente da concordância do executado, caso não tenham sido apresentados embargos versando sobre questões de direito material.
- b) O juiz somente poderá homologar a desistência após a anuência do executado.
- c) O juiz não homologará a desistência, já que o credor tem a faculdade de desistir apenas de algumas medidas executivas.
- d) O juiz não homologará a desistência caso o devedor, citado, ofereça embargos que versem apenas sobre questões processuais.

**QUESTÃO 10**

Com relação às duplicatas, é correto afirmar que:

- a) Não pode ser levada a protesto por falta de aceite.
- b) Prescreve em três anos a pretensão à execução da duplicata contra o sacado e respectivos avalistas, contados da data do vencimento do título.
- c) Prescreve em um ano a pretensão de execução da duplicata contra endossante e seus avalistas, contados da data do vencimento do título.
- d) Por se tratar de título executivo judicial, é sempre facultado ao comprador deixar de aceitar a duplicata mercantil.

**QUESTÃO 11**

São sociedades personificadas:

- a) Sociedade em conta de participação e sociedade limitada.
- b) Sociedade anônima e sociedade em comum.
- c) Sociedade em comandita simples e sociedade em nome coletivo.
- d) Sociedade em conta de participação e sociedade em comandita simples.

**QUESTÃO 12**

Antônio é empresário individual, como tal inscrito no Registro de Empresas e no CNPJ há mais de dez anos. Com exceção daqueles legalmente impenhoráveis, respondem pelas dívidas contraídas por Antônio no exercício da atividade empresarial:

- a) somente os seus bens afetados à atividade empresarial, mas limitadamente ao valor do capital da empresa.
- b) todos os seus bens, inclusive os não afetados à atividade empresarial, desde que deferida judicialmente a desconsideração da personalidade jurídica da empresa.
- c) todos os seus bens.
- d) somente os seus bens afetados à atividade empresarial.

**QUESTÃO 13**

Antônio é médico e realizou cirurgia, no hospital Papa, a cujos quadros pertence, que resultou na amputação de uma das pernas de Tania. A amputação ocorreu porque Antônio entendeu que o procedimento era necessário à salvação da vida de Tania, que sofria de graves problemas circulatórios. Tania ajuizou ação contra Antônio e Papa afirmando que ambos teriam responsabilidade objetiva pelo fato, devendo por isto indenizá-la. Para que haja a responsabilização, é necessário que se



demonstre, além da ocorrência de dano, a existência:

- a) de culpa de Antônio, caso em que Papa responderá objetivamente pelo dano, solidariamente com Antônio.
- b) apenas do nexo de causalidade entre o dano e o ato de Antônio, caso em que tanto Antônio como Papa responderão objetiva e solidariamente pelo dano.
- c) de culpa de Antônio, caso em que Papa também responderá subjetivamente pelo dano, por culpa in eligendo, porém subsidiariamente.
- d) apenas do nexo de causalidade entre o dano e o ato de Antônio, caso em que tanto Antônio como Papa responderão objetivamente pelo dano, porém Papa em caráter subsidiário.

#### QUESTÃO 14

Nos termos do art. 35 do CDC, se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

- a) aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
- b) exigir o cumprimento negociado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.
- c) exigir a divulgação, pelo mesmo meio veiculado, da correção da oferta, apresentação ou publicidade.
- d) modificar o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

#### QUESTÃO 15

Victor presenteou seu filho Victor Jr. com uma garrafa de vinho adquirida na empresa

Sierra. Como o produto estava estragado, Victor Jr. teve que ser internado, depois ajuizando ação contra Sierra. Em contestação, alegou-se inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. A alegação:

- a) Não procede, pois, ainda que Victor Jr. não tenha adquirido, por si, o produto, equiparam-se a consumidor, para fins de responsabilização civil, todas as vítimas do evento danoso.
- b) Procede, porque, para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, não se considera produto o bem nocivo à saúde.
- c) Procede, pois apenas o adquirente direto é considerado consumidor, ainda que não se trate do destinatário final do produto.
- d) Não procede, porque, indiretamente, Victor Jr. foi adquirente do produto. Porém, Sierra não tem responsabilidade porque houve culpa exclusiva da vítima, que consumiu produto nocivo à saúde.

#### QUESTÃO 16

Com relação à Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor, é correto afirmar que:

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire o produto ou serviço como destinatário final. Não é considerado consumidor quem adquire o bem para revenda.
- b) Levando-se em consideração os direitos básicos do consumidor constantes no artigo 6º do CDC, inverte-se o ônus da prova em favor do consumidor sempre que estiver em discussão relação de consumo, ante a hipossuficiência do consumidor.
- c) Conforme o artigo 6º não é possível a modificação de contratos que versem sobre relação de consumo, alterando-se cláusulas



que estabeleçam prestações desproporcionais, para restabelecer o equilíbrio contratual.

d) A ausência de conhecimento pelo fornecedor de vícios no produto que fornece o exonera da responsabilidade.

#### QUESTÃO 17

Com relação aos Juizados Especiais, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

a) Diante dos Princípios norteadores dos Juizados Especiais, desnecessária se faz a presença das condições da ação em processo que tramita neste sistema, não acarretando a extinção sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC.

b) Nos casos em que o valor do suposto crédito perseguido supera o teto do Juizado Especial, mas não tenha qualquer outra causa que o exclua pela Lei nº 9099/95, nem haja necessidade de produção de prova complexa pode o autor optar pelo Juizado Especial, caso renuncie o valor excedente aos 40 Salários Mínimos.

c) Em caso de ser reconhecida a incompetência territorial em processo que tramita frente aos Juizados Especiais, o processo deverá ser remetido ao Juízo competente.

d) A interposição dos Embargos de Declaração interrompe o prazo para recurso, desconsiderando o tempo já decorrido entre a publicação da sentença embargada e a intimação da decisão dos embargos de declaratórios.

#### QUESTÃO 18

No que se refere à intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

a) Nas causas de valor até dez salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

b) Nas causas de valor até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

c) Não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio da informalidade.

d) Não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio do acesso à justiça.

#### QUESTÃO 19

Em observância ao contido na Lei nº 9099/95 e nos Princípios Norteadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais assinale a alternativa correta:

a) A denúncia à lide é possível frente aos Juizados Especiais, nos casos de acidente de trânsito, em que a seguradora é a litisdenunciada.

b) O pedido contraposto equivale a reconvenção prevista no CPC, processando-se da mesma forma e com os mesmos requisitos.

c) A citação do reclamado, pessoa física, pode ocorrer via postal e é válida, ainda que o aviso de recebimento não seja assinado pelo próprio demandado, desde que entregue em seu endereço.

d) O Mandado de Segurança não é cabível nos Juizados Especiais.



**QUESTÃO 20**

Quanto ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa incorreta.

- a) No âmbito da Lei 9099/95, é possível a formulação de pedido oralmente.
- b) Não é possível a citação editalícia.

c) É cabível a realização de inspeção em pessoas ou coisas.

d) Não se admitirá reconvenção nem a formulação de pedido genérico.

## DISCURSIVA

Senhor Candidato,

Considerando exclusivamente os dados impressos, e tendo em vista que não há irregularidades na representação processual das partes que apresentaram manifestação nos autos e não houve apresentação de impugnação à contestação, tendo por base a legislação pátria em vigor, a doutrina e a jurisprudência prevalente, profira, como se fora Juiz Leigo, sentença cível devidamente fundamentada.

RA SCUMHO



RASCUNHO



RASCUNHO



RASCUNHO



RASCUNHO



Blank lined area for text entry.



**PROCESSO SELETIVO PARA JUIZ LEIGO E  
CONCILIADOR DO JUÍZADO ESPECIAL  
CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA  
DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

28/02/2016

**GABARITO – JUIZ LEIGO**

**QUESTÕES OBJETIVAS**

| QUESTÃO / RESPOSTA |                                  |                                  |     |                                  |
|--------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----|----------------------------------|
| 01                 | (A)                              | (B)                              | (C) | <input checked="" type="radio"/> |
| 02                 | (A)                              | (B)                              | (C) | <input checked="" type="radio"/> |
| 03                 | (A)                              | <input checked="" type="radio"/> | (C) | (D)                              |
| 04                 | (A)                              | (B)                              | (C) | <input checked="" type="radio"/> |
| 05                 | (A)                              | <input checked="" type="radio"/> | (C) | (D)                              |
| 06                 | <input checked="" type="radio"/> | (B)                              | (C) | (D)                              |
| 07                 | (A)                              | (B)                              | (C) | <input checked="" type="radio"/> |
| 08                 | (A)                              | <input checked="" type="radio"/> | (C) | (D)                              |
| 09                 | <input checked="" type="radio"/> | (B)                              | (C) | (D)                              |
| 10                 | (A)                              | <input checked="" type="radio"/> | (C) | (D)                              |

| QUESTÃO / RESPOSTA |                                  |                                  |                                  |                                  |
|--------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 11                 | (A)                              | (B)                              | <input checked="" type="radio"/> | (D)                              |
| 12                 | (A)                              | (B)                              | <input checked="" type="radio"/> | (D)                              |
| 13                 | <input checked="" type="radio"/> | (B)                              | (C)                              | (D)                              |
| 14                 | <input checked="" type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | (C)                              | (D)                              |
| 15                 | <input checked="" type="radio"/> | (B)                              | (C)                              | (D)                              |
| 16                 | <input checked="" type="radio"/> | (B)                              | (C)                              | (D)                              |
| 17                 | (A)                              | <input checked="" type="radio"/> | (C)                              | (D)                              |
| 18                 | (A)                              | <input checked="" type="radio"/> | (C)                              | (D)                              |
| 19                 | (A)                              | (B)                              | <input checked="" type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> |
| 20                 | (A)                              | (B)                              | (C)                              | <input checked="" type="radio"/> |

**QUESTÃO DI SCURSIVA**

- 1) Estrutura da sentença (até 0,3);
- 2) Desistência (até 0,25);
- 3) Ilegitimidade passiva (até 0,25);
- 4) Ilegitimidade passiva da assist. técnica (até 0,25);
- 5) Interesse processual (até 0,25);
- 6) Revelia AÇÃO FITNESS (até 0,3);
- 7) Mérito – falha na prestação do serviço (até 0,7);
- 8) Danos morais (até 0,7);
- 9) Dispositivo (até 1,0): No dispositivo deve constar a extinção do processo por desistência em relação a ICON (0,25), extinção por ilegitimidade passiva em relação à FITNESS (0,25), procedência em relação à POLIMPORT (0,25) e juros e correção monetária (0,25).